

## A PROCURA DE TRABALHO

### Uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho?\*

NADYA ARAUJO GUIMARÃES

#### RESUMO

O estudo da procura por empregos é uma via elucidativa não apenas para descrever as mudanças recentes da organização do mercado de trabalho, mas também para deslindar o modo como os laços sociais operam na sociedade contemporânea: nos permite desvelar a maneira pela qual mobilizam-se relações sociais, revelam-se eficazes os laços sociais, indicando o peso dos mecanismos não mercantis na organização e reprodução da vida social, em geral, e na operação do mercado de trabalho, em particular.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Mercado de trabalho; desemprego; procura de emprego; laços sociais.*

#### ABSTRACT

The study of job seeking is a useful starting point for describing not only recent changes in the structure of the labor market, but also to understand the functioning of social bonds in contemporary society. It helps to reveal how social relations are mobilized and the efficacy of social bonds, indicating the importance of non-market mechanisms on the organization and reproduction of social life at large, and more specifically on the functioning of the labor market.

**KEYWORDS:** *Labor market; unemployment; job seeking; social bonds.*

[\*] Os resultados empíricos aqui apresentados foram reunidos, ao longo dos últimos anos, a partir do meu trabalho de pesquisa no Centro de Estudos da Metrópole. Para tal, tenho contado com o suporte da Fapesp (Programa CEPID, proc. n.º 1998/14342-9, e Programa INCT, proc. 2008/57843-1) e do CNPq (Edital Universal, proc. 481268/2004-9, e Programa INCT, proc. 573864/2008-0). O argumento, tal como aqui desenvolvido, é devedor das ideias que levei a debate e vi enriquecidas em dois eventos acadêmicos. Inicialmente, quando da exposição intitulada "À la recherche du travail: marchés d'intermédiation

A procura de trabalho é um fenômeno que tem despertado crescente interesse interpretativo. Tanto maior quanto mais recorrente se torna o desemprego e mais duradouro o tempo que os indivíduos se veem privados de uma (nova) ocupação. Procura e desemprego são, por assim dizer, faces de uma mesma moeda. Deslindar a teia de relações e atores sociais que dão vida à procura de trabalho, revelando-a como um processo socialmente denso, é, por isso mesmo, uma boa maneira de caracterizar mudanças em curso no mercado e nas relações de trabalho. Este texto pretende explorar, ilustrando com resultados recentes de pesquisa, três diferentes e ricas perspectivas sob as quais se pode encarar o fenômeno. Cada uma delas norteará uma seção.

Uma primeira forma de abordar o tema põe ênfase no fato de que procurar trabalho é a conduta socialmente esperada do (bom) desempregado. Essa *dimensão normativa* pauta o próprio modo como o desemprego é definido e, por consequência, a maneira como tem sido estatisticamente mensurado. Por maiores que sejam as disputas sobre como bem medi-lo, não ter trabalho e estar em busca de obtê-lo são os dois requisitos internacional e unanimemente assumidos em todas as formas de operacionalização dessa noção, como veremos adiante. Nesse sentido, a procura de trabalho é outra forma de falar do desemprego e da experiência de ser desempregado. Disso tratará a primeira seção.

Entretanto, se observamos as formas de procurar trabalho, podemos dizer que, em sua variação, elas são indicadoras do modo como se institucionaliza a operação do mercado de trabalho, da sua *construção institucional*. Vale dizer, a procura de trabalho é, nessa segunda perspectiva, uma boa porta de entrada para tratarmos dos atores e das instituições encarregados de fazer o encontro (o tão decantado *matching*) entre oferta e demanda de trabalho. Disso cuidará a segunda seção deste texto.

Mas os modos de procurar trabalho são também reveladores das *formas de sociabilidade*. Nesse sentido, tratar da procura é outra forma de falar da construção da vida social, da mobilização das relações sociais, da eficácia dos laços sociais, enfim, dos mecanismos não mercantis presentes na operação do mercado de trabalho. A isso se dedicará a terceira e última seção.

Diferentes tipos de dados serão mobilizados para ilustrar cada uma dessas vias de análise. A sua natureza, os seus modos de obtenção e os procedimentos para a sua análise virão à tona à medida que se recorra ao suporte desses diferentes repertórios de achados de campo. O foco se concentrará no caso brasileiro, em especial na região metropolitana de São Paulo, procurando-se, sempre que possível, enriquecer as interpretações com perspectivas comparativas.

#### **A PROCURA DE TRABALHO: UMA CONDUTA SOCIALMENTE ESPERADA DO (BOM) DESEMPREGADO**

O desempregado é, do ponto de vista institucional, alguém que está à procura de trabalho. Nesse sentido, a experiência do desemprego comporta uma dimensão valorativa inescapável que faz da procura de trabalho um imperativo comportamental.

Tal constrangimento, uma vez socialmente institucionalizado, acarretou a necessidade de se codificar a situação especial daqueles indivíduos que podiam estar legitimamente desengajados das obrigações ocupacionais, aos olhos de uma sociedade fundada no trabalho

et reseaux sociaux”, proferida em seminário no CRESPPA/Laboratoire Genre Travail Mobilité, Paris, em 29/10/2010. Em seguida, quando do Seminário “Trabalho e Sindicalismo no Brasil e na Argentina”, promoção do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, em 17/3/2011.

[1] Ver a propósito os trabalhos seminiais de: Salais, Robert, Bavares, Nicolas e Reynaud, Bénédicte. *L'invention du chômage*. Paris: Presses Universitaires de France, 1986, e de Topalov, Christian. *Naissance du chômage, 1880-1910*. Paris: Albin-Michel, 1994.

[2] Um verdadeiro divisor de águas no tema foi a reflexão formulada por Esping-Andersen, Gosta. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1993. Duncan Gallie e Serge Paugam seguiram explorando essa mesma senda, tanto sob o prisma da sua variada construção institucional dos elos entre trabalho e desemprego, quanto focalizando a tessitura da experiência da desocupação; ver a respeito: Gallie, Duncan e Paugam, Serge. *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000, e Gallie, Duncan e Paugam, Serge. *Resisting marginalisation*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

[3] A força da coerção social se revela de maneira eloquente na forma pleonástica que marca a expressão “procura ativa” de trabalho, uma noção que vai perpassar desde os documentos de organismos internacionais até as definições operacionais que sustentam as estatísticas oficiais a respeito do desemprego. Ela não deixa dúvidas quanto à centralidade de tal imperativo comportamental para conferir-se reconhecimento, e associarem-se direitos, a esse especial grupo de não trabalhadores.

como um valor<sup>1</sup>. Se mais não fosse, porque, sob tão especial situação, eles podiam ser dignos da proteção das políticas do estado, que pouco a pouco foram sendo desenhadas. Embora com ritmo de implementação, amplitude de cobertura e generosidade de benefícios variáveis entre as sociedades, todas essas políticas se assentaram no reconhecimento social conferido à particular condição desses beneficiários, legítimos não trabalhadores<sup>2</sup>.

A força normativa desse constrangimento requeria uma tradução operacional que mantivesse claramente fixadas as fronteiras entre o desemprego e a preguiça, entre a privação de trabalho e a indolência. Com efeito, todas as estatísticas, nacionais e transnacionais, passaram a refletir, mesmo se de maneiras por vezes variadas, a construção forjada nos fins do século XIX, assentando-a numa norma: o desemprego é uma situação de privação *involuntária* e *temporária* de trabalho. Nesse sentido, ele é, por definição, uma situação a superar, transitória; e porque involuntária (seu correlato), o desempregado se distingue do inativo por estar socialmente obrigado a manifestar uma conduta de “procura ativa de trabalho”<sup>3</sup>.

Assim, medir o desemprego era atestar a condição de “desempregado”, o que requeria encontrar evidências irretocáveis de que o indivíduo em questão demonstrava estar mobilizado nessa “procura ativa de trabalho”. A dimensão valorativa tem, assim, uma tradução normativa que precisa se exprimir numa operacionalização estatística.

Esse movimento possui dois tipos de efeito cognitivo interessantes a destacar. Em primeiro lugar, do ponto de vista científico, a medida estatística do desemprego cedo desencadeou um debate sobre como encontrar o melhor indicador para a procura “ativa” de trabalho. O lapso de tempo durante o qual se realiza tal procura, bem como os mecanismos nela acionados, foram domínios logo estabelecidos como centrais a medir, atestando a veracidade dos “bons propósitos” daquele que se encontrava privado de trabalho. Ou seja, refinavam-se as formas de investigar a procura de trabalho sem que, entretanto, ela ganhasse, com isso, a legalidade de um objeto de análise científica com valor em si mesmo; a pujança da investigação a respeito da procura respondia, antes, à necessidade do controle institucional sobre outro fenômeno, o do desemprego. Em suma, o governo do desemprego supunha o controle sobre os desempregados, e este demandava critérios para bem arbitrar-se quem poderia ter tal estatuto reconhecido.

Outro efeito cognitivo, daí decorrente, diz respeito à reconstrução semântica que transforma, no jargão administrativo, o “desempregado” em “demandante de emprego”. Muitos são os países em que tal deslizamento de significado tem lugar. Ele é um operador que reconstrói o estatuto, ao mesmo tempo que distingue, face ao estado e ao aparato gestor das suas políticas, aquele

indivíduo privado temporária e involuntariamente de trabalho. Este deixa de aparecer enquanto alguém que se define pela negação (des-empregado, sem-emprego, sem-trabalho), mas tem sua condição expressa de modo positivo, projetada em direção a um futuro, voltada a um estado almejado (alguém em busca de emprego, alguém que demanda trabalho).

Esse movimento de ressignificação é prenhe de consequências subjetivas, dotadas de grande interesse analítico. Isso porque o constrangimento social se expressa como um imperativo comportamental, uma compulsão que se internaliza e toma forma através de comportamentos individuais similares por sua natureza conquanto variáveis por sua forma de manifestação, de uma sociedade a outra. Nesse sentido, estudar a procura e sua significação para o desempregado é, também, avançar no conhecimento das suas iniciativas, dos seus comportamentos e das suas condutas para fazer face à norma social que o impele a superar a situação de desemprego.

A isso se refere o primeiro conjunto de resultados aqui sublinhados. Eles mostram que, observando a procura de trabalho enquanto constrangimento social internalizado na forma de um imperativo comportamental, podemos entender como os indivíduos se movem no mercado de trabalho, e como justificam esses seus movimentos. E, mais interessante ainda, como movimentos e justificativas variam segundo contextos sociais regidos por diferentes normas de emprego e sistemas de proteção.

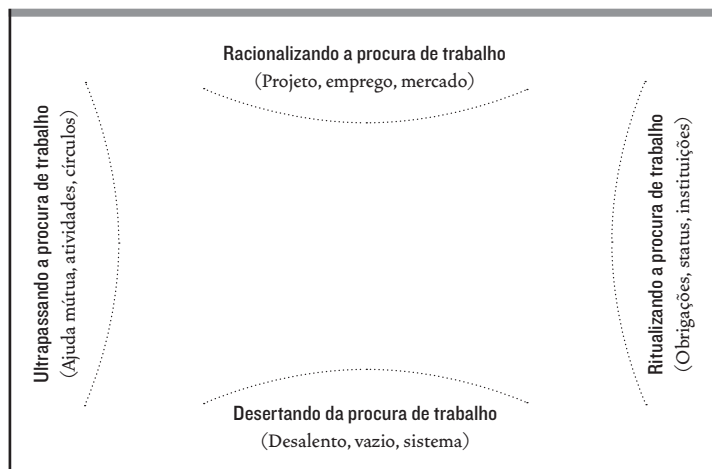
Em um estudo comparativo levado a cabo em três países — França, Brasil e Japão — investigamos trajetórias e representações de trabalhadores privados de trabalho nas principais metrópoles de cada um desses países (Paris, São Paulo e Tóquio)<sup>4</sup>. Seus discursos foram trabalhados analiticamente de modo a bem entendermos como falavam da procura e que distintas significações conferiam ao movimento de saída do desemprego.

Sim, porque conquanto sair do desemprego seja um valor que — em todas as três sociedades — se traduz em uma mesma norma, a da “procura ativa” por emprego, o significado dessa conduta normativa internalizada está longe de ser unívoco entre indivíduos, tanto se os comparamos nas diferentes metrópoles, quanto se os observamos em um mesmo local. Nas figuras que se seguem apresento como esses significados se configuravam (Figura 1) e como tal configuração se exprimia (qual a força normativa dos distintos significados) nos três locais que pesquisamos (Figuras 2, 3 e 4).

A Figura 1 representa as diversas formas de falar da procura, exprimindo-as por meio de uma matriz de significados. Nela apresenta-se uma configuração de possibilidades organizadas ao redor de quatro polos discursivos.

[4] Três surveys foram inicialmente conduzidos. Em Paris teve lugar o primeiro deles, em 1998, junto a demandantes de emprego na Agence Nationale pour L'Emploi, com 5562 respondentes; em São Paulo, o segundo, em 2001, com uma subamostra de 6627 desempregados, por meio de questionário suplementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantamento de base domiciliar; em Tóquio teve lugar o terceiro deles, também em 2001, com 1503 respondentes, selecionados entre demandantes de emprego em agências do Public Employment Security Office (PESO). A partir desses levantamentos quantitativos padronizados, estudos qualitativos tiveram lugar focalizando suas representações sobre a experiência do desemprego; em Paris e São Paulo, subamostras de casos foram sorteadas para subsequente análise; em Tóquio foi realizado um novo levantamento qualitativo com trabalhadores em busca de emprego em agências do sistema público. O sorteio (ou a escolha dos casos) se fez entre indivíduos que compartilhavam características de um dos quatro grupos-alvo, escolhidos por sua especial vulnerabilidade frente ao desemprego: (i) operários industriais, com carreiras no trabalho manual, que buscavam trabalho depois de terem sido colhidos por processos de reestruturação das firmas que os empregavam; (ii) chefias médias no setor de serviços, que haviam tido experiência duradoura em funções de mando e que, igualmente, haviam perdido os seus empregos no curso da reestruturação das firmas; (iii) jovens em busca de primeiro emprego; (iv) mulheres que haviam deixado o mercado para fazer suas carreiras reprodutivas e que tentavam retornar. Os quatro grupos-alvo foram investigados nas três metrópoles por meio de entrevistas abertas, de tipo biográfico, que tiveram lugar entre os anos de 2001 e 2005. Para maiores detalhes sobre a pesquisa, o campo e os levantamentos ver: Guimarães, Nadya Araujo. *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Para uma análise mais detida sobre as representações dos entrevistados acerca do desemprego, ver o capítulo 4 desse mesmo livro e também Guimarães, Nadya Araujo e outros. “Unemployment, a social construction. Institutional programs, experiences and meanings in a comparative perspective”. *Economic Sociology European Electronic Newsletter*, vol. 11, 2010, pp.10-24.

FIGURA I  
Matriz de significações atribuídas à "saída do desemprego"

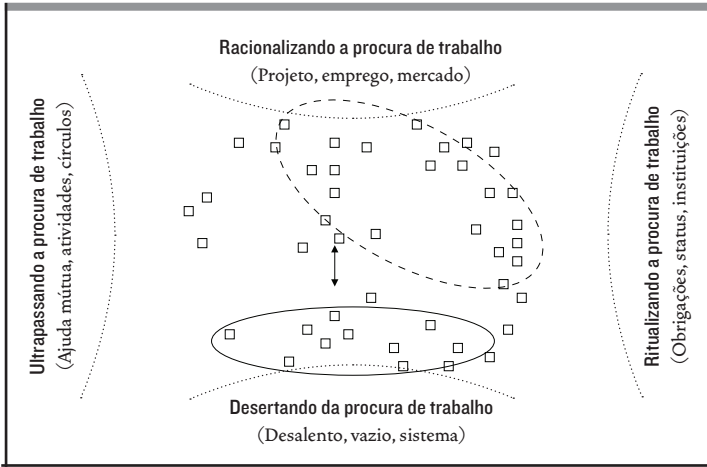


No primeiro, e inferior, a experiência da procura é vivida, e relatada, através de um discurso em que as palavras remetem a significados como os de desalento, vazio, de impotência frente a um sistema cujo *modus operandi* já não se consegue decodificar para bem agir, com vistas a estabelecer um novo vínculo de trabalho. Nessa configuração, os indivíduos estão, por assim dizer, a um passo de *desertar do mercado de trabalho*; para eles, a procura é vivida como uma experiência de sofrimento que só pode ser ultrapassada pela via da deserção, com tudo o que esta acarreta em termos de desonra, de falência pessoal e de perda identitária.

Já no segundo polo da Figura 1, o superior, a experiência da procura se expressa pela presença recorrente de palavras como “projeto”, “emprego”, “mercado”. Elas apontam para uma representação do vivido que se assenta numa sorte de cálculo racional; por meio dele (i) se estabelecem metas (lugares pretendidos) num mercado cujo contexto (e chances) são levados em conta, (ii) definem-se meios (estratégias para alcançar esses lugares) e (iii) estabelecem-se mecanismos pelos quais tais estratégias são postas em prática (as formas particulares de procura, dentre eles). Em suma, a *racionalização do empreendimento da procura* dá o tom a essa maneira de viver a busca de trabalho.

O terceiro polo discursivo, que se localiza à direita da Figura 1, poderia parecer (ao menos à primeira vista e ao observador apressado) próximo ao segundo, quiçá uma exacerbação deste. Aqui, entretanto, mais que um ato cujas bases racionais são sublinhadas, a procura é vivida como um rito. Remissões a obrigações, instituições, estatutos expressam o peso subjetivo que se confere, nesse tipo de discurso, às regras, padrões, procedimentos típicos e prescrições. Esse peso é revelador

FIGURA 2  
Paris



da força simbólica das instituições que pautam a conduta de procura, dizendo do modo como tal institucionalização foi socialmente construída em diferentes contextos. Onde a diferença com respeito ao polo anteriormente descrito? Aqui não há cálculo racional, mas sucessão de atos recorrentes que são entendidos como compulsoriamente associados a um estatuto, a uma condição, a de indivíduo em procura ativa de trabalho.

Finalmente, o polo oposto, o quarto, à esquerda da Figura 1, reúne um tipo de discurso em que a experiência da procura está reconvertida para outra linguagem, estranha aos códigos e ritos do mundo mercantil. Nela, a capacidade de constranger a conduta do demandante de trabalho parece posta em xeque; o governo do indivíduo pelo trabalho como valor — traduzido em uma conduta normativamente regulada, a da procura — parece deposto, posto abaixo. Aqui, a experiência de privação de trabalho é a via para salientar a centralidade da “ajuda mútua”, dos “círculos pessoais”, da pluralidade de “atividades”, de uma existência social que está para além da procura (racional, ritualizada ou desesperada) por emprego.

Essa matriz permite explorar a ideia de que a eficácia normativa do valor emprestado ao trabalho e à conduta voltada à sua busca ativa, conquanto estruturantes das nossas sociedades, se enraíza de modos distintos entre indivíduos, grupos e contextos sociais. As Figuras 2, 3 e 4 mostram como os casos observados em Paris, Tóquio e São Paulo são eloquentes sinalizadores nessa direção.

A Figura 2 deixa patente que o vigor da norma se traduz em distintas formas de internalização subjetiva, que dão lugar a modalidades discursivas (e práticas) igualmente variadas. Todavia, ela deixa tam-

bém entrever que, se há variação e diversidade, há um padrão na distribuição dos casos pela matriz de significados. Nesta destacam-se duas áreas de convergências.

A primeira concentra a expressiva maioria dos casos ao redor dos polos 2 e 3 descritos antes, ou seja, entre as condutas racionalizadas e as ritualizadas. Não é de se estranhar tal tipo de concentração se temos em mente que esses entrevistados se situam num contexto social em que o desemprego está fortemente institucionalizado. Com efeito, na França, a procura de trabalho é objeto de estrita regulação, assentando-se em normas sólidas postas em prática por agências especializadas do Estado, agências estas dotadas de elevada visibilidade, capilaridade e eficácia. Tal construção impregna de sentido o modo de exprimir o vivido, pautando as condutas.

Mas não deixa de ser também interessante que, mesmo num contexto em que a proteção social é relativamente mais generosa (tanto pelos benefícios que concede, como pela abrangência com que recobre os desempregados), a deserção, pelo desalento, apareça como a outra modalidade discursiva importante entre aqueles em busca de trabalho.

De fato, já havíamos notado tal achado em estudo anterior<sup>5</sup>. Analisando construções discursivas sobre a situação de desemprego, também encontramos que, por mais que variassem as configurações entre as metrópoles estudadas, havia uma constante: a existência recorrente de um grupo de casos para os quais o sentimento de que a experiência da procura deixara de ser administrável (produzindo, como efeito, a descrença nas próprias chances e nos mecanismos institucionais) apontava para a saída do mercado (ou seja, a passagem à inatividade). O desemprego era vivido como uma provação, insuportável para alguns. Tal sentimento se expressava em muitos dos relatos, não importando o país onde foram colhidos.

Entre os entrevistados em Paris, essa formulação aparece igualmente representada nesse grupo de casos, concentrados no quadrante inferior da Figura 2. E, como veremos, configuração similar reaparecerá nas figuras seguintes, relativas aos achados para Tóquio e São Paulo.

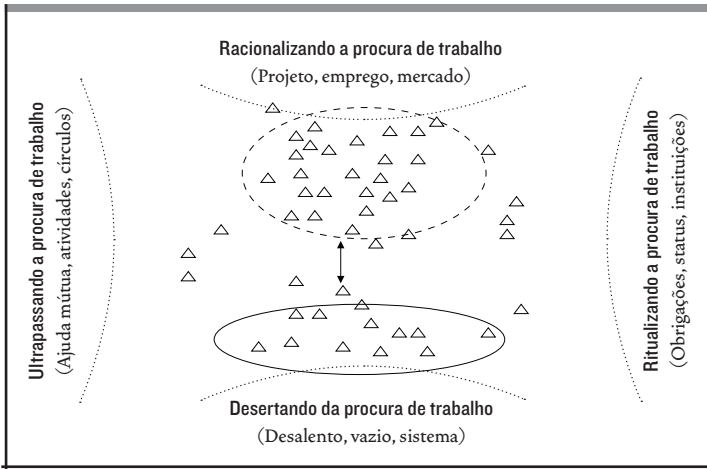
Passemos aos entrevistados em Tóquio.

Também ali, e como dito antes, há um número ponderável de casos que emprestam à experiência da procura o sentido de uma provação que conduz ao desalento e que os anima à deserção com respeito à regra socialmente esperada da procura ativa de trabalho.

Mas chama a atenção outra concentração, localizada no polo oposto, na parte superior da Figura 3. Nela, é a conduta racional, de busca sistemática, assentada no cálculo das possibilidades de êxito face aos alvos estabelecidos, o que marca a construção discursiva desses trabalhadores, verdadeiros profissionais da procura. Racionalização, mas

[5] Guimarães e outros, op. cit., e também Guimarães, Nadya Araujo, Demazière, Didier e Sugita, Kurumi. "Desemprego: uma experiência biográfica. São Paulo, Paris, Tóquio". In: Guimarães, *Desemprego, uma construção social*, op. cit., pp. 89-195.

FIGURA 3  
Tóquio



sem contudo pender para a ritualização; e aí radica a diferença face ao caso francês. O comportamento assentado na competição mercantil carece, entre os trabalhadores japoneses, do vigor do *framing*, do efeito estruturante que têm, na França, as instituições de coerção à procura. É justamente esse vigor que, no caso francês, nutre a pauta de obrigações, regras, procedimentos e prescrições que esculpem a conduta ritualizada de uma parcela dos demandantes de trabalho em Paris. No Japão, ao contrário, o sistema público é recente e restrito, num contexto em que a proteção e as obrigações que a acompanham haviam estado associadas, até então, ao seu sistema privado (também chamado “vitalício”) de emprego, em recente e franca desagregação.

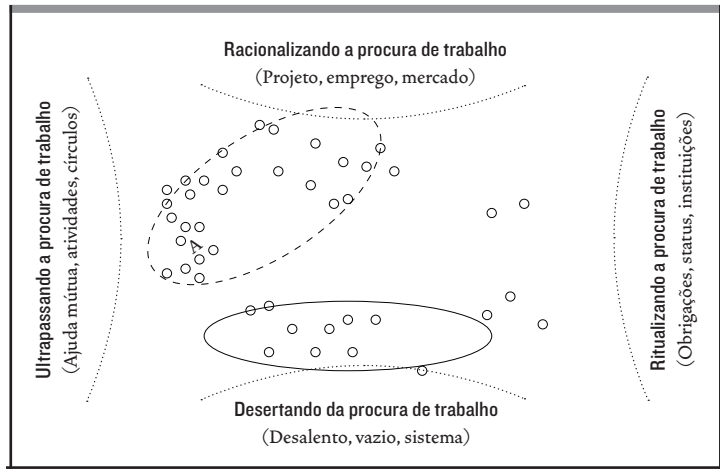
Entretanto, uma característica aproxima esses dois primeiros casos: a centralidade do mercado. É no mercado que se joga, do ponto de vista expressivo, a conduta do demandante de trabalho; e numa polaridade marcada pela positividade — ativa e racionalmente em busca de emprego — ou pela negatividade — solitária e desesperadamente vivendo a provação que anima a desertar por não vislumbrar chances fora do mercado, agora imperscrutável.

Nosso terceiro estudo de caso, em São Paulo, mostra um tipo distinto de configuração.

Por um lado há, em São Paulo, o mesmo *cluster*, recorrente nas três metrópoles, formado pelos indivíduos em vias de desertar da procura. Por outro, se destaca a massa mais significativa de casos, organizada em torno de dois polos: o dos indivíduos cujos discursos sugerem a mobilização racional para a busca de trabalho e, como parcela mais importante, aqueles para quem a gramática da conduta regulada pelo mercado e pela busca ativa de trabalho já não parece fazer sentido, de



FIGURA 4  
São Paulo



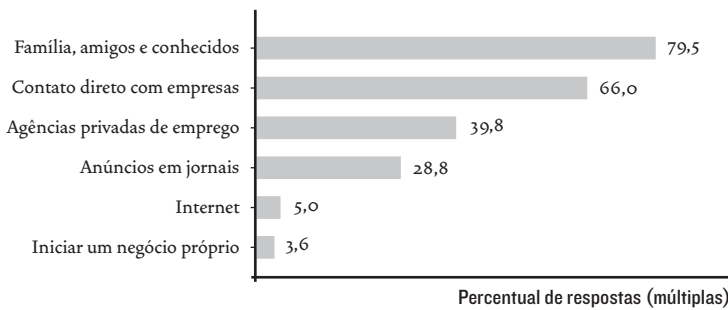
sorte que, libertos dos códigos, ritos e expectativas associados ao horizonte da obtenção de empregos regulares, decodificam a situação vivida lançando mão de significados distintos, assentados na solidariedade grupal e em outros tipos de atividades.

Os resultados dessa pesquisa comparativa, mesmo se brevemente apresentados nesta seção, permitiram ilustrar como a lente da procura de empregos (e dos que procuram) se constitui numa perspectiva instigante para desvendar uma primeira dimensão relevante ao funcionamento do mercado de trabalho: o desemprego e a experiência de ser desempregado. Assim, se procurar trabalho é a conduta socialmente esperada do (bom) desempregado, analisar a experiência da procura é uma via preciosa para desvelar-se a dimensão normativa que pauta o próprio modo como o desemprego é institucionalmente definido e subjetivamente vivenciado em distintas sociedades.

**AS FORMAS DA PROCURA DE TRABALHO: UM INDICADOR  
DO MODO COMO SE INSTITUCIONALIZA O "MATCHING" ENTRE  
OFERTA E DEMANDA DE TRABALHO**

Entretanto, observar o mercado pela lente da procura de trabalho, e mais exatamente, das *formas* de procura, pode ser uma maneira de refletir sobre uma segunda dimensão importante na operação desses mercados. Isso porque, e esse será o desafio desta segunda seção, os mecanismos acionados na busca por empregos são reveladores do quão institucionalizados estão os atores encarregados de fazer o encontro entre oferta e demanda.

**FIGURA 5**  
Mecanismos de procura de trabalho em São Paulo



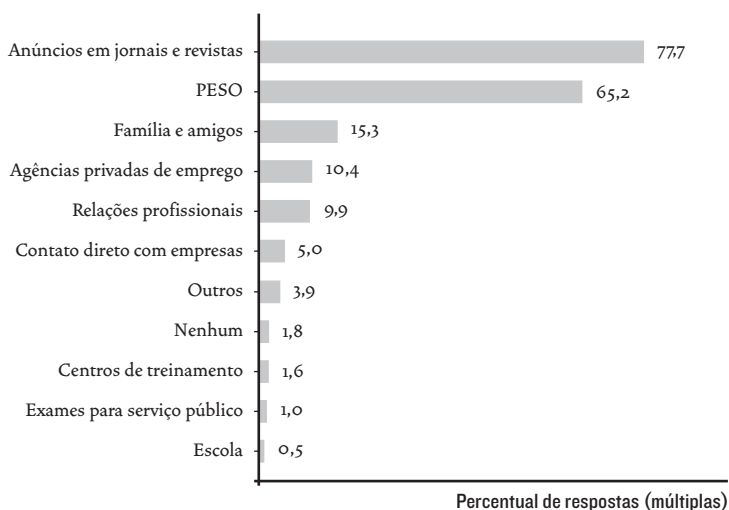
Novamente vou me valer dos dados do estudo comparativo internacional sobre desemprego e trajetórias de desempregados, analisando inicialmente os mecanismos acionados com vistas à obtenção de uma ocupação e, em seguida, as dificuldades percebidas nessa procura de trabalho.

A análise dos mecanismos utilizados para a procura é um aspecto particularmente revelador porque associado a dois fatores: por um lado, à forma como se institucionaliza o sistema de emprego e, por outro, à maneira como nele se constrói normativamente a figura do desempregado. Vejamos o que encontramos a respeito.

Em sistemas de emprego onde o padrão de duração dos vínculos é mais estável (como no Japão), ou onde a regulação normativa do desemprego o faz mais protegido (como na França), o significado da desocupação, por um lado, e as condições em que se dá a procura de trabalho, por outro, induzem a que sejam valorizados mecanismos de obtenção de ocupação distintos daqueles que se verificam no Brasil, onde a recorrência das transições se alia à fraca institucionalização do desemprego e do suporte à procura de trabalho. As Figuras 5, 6 e 7 ilustram esse argumento.

Chama a atenção na comparação entre as Figuras 5 (relativa a São Paulo) e 6 (relativa a Tóquio) o quão diversos, em sua importância, são os recursos mobilizados na procura de trabalho nessas duas metrópoles. Em São Paulo, os mecanismos que mais se destacam são, por um lado, as redes sociais, especialmente através dos elos tecidos no grupo familiar e com os amigos mais chegados (referidas por oito em cada dez entrevistados), e, por outro, o esforço individual da prospecção direta junto às empresas (referido por sete em cada dez entrevistados). Ou seja, a procura é uma iniciativa encetada pelo indivíduo, isoladamente ou ancorado nos seus grupos de sociabilidade privada. Já em Tóquio, são os recursos disponíveis no espaço público aqueles de que mais se utilizam os respondentes: oito em cada dez consultam jornais e revistas e seis em cada dez recorrem ao sistema público de emprego.

**FIGURA 6**  
Mecanismos de procura de trabalho em Tóquio



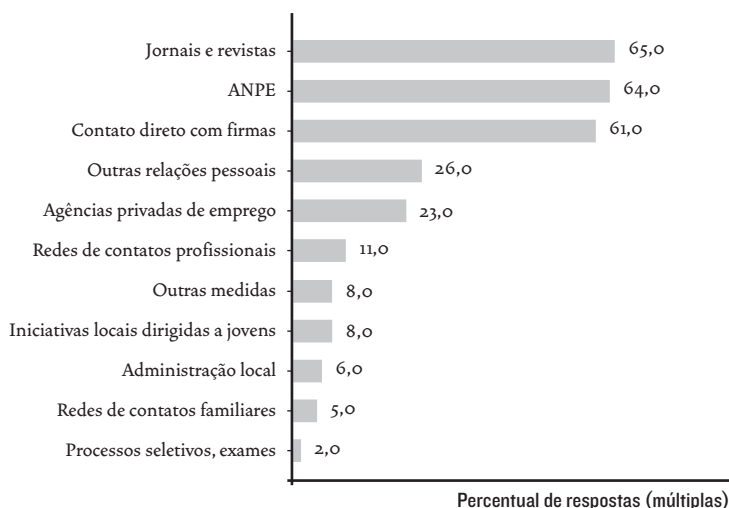
Observando-se a Figura 7, relativa à região de Paris-Île de France, uma convergência parece se delinear com a metrópole paulista: a prospecção individual das chances abertas no mercado é o meio que, também ali, se destaca (por seis em cada dez entrevistados). Entretanto, e à diferença de São Paulo, a procura direta junto a firmas se faz associada ao suporte do sistema público de apoio ao desempregado (a Agence Nationale Pour l'Emploi, a ANPE)<sup>6</sup>, referido também por seis em cada dez entrevistados. Em São Paulo, ao contrário, são as redes de sociabilidade, estabelecidas na esfera da vida privada, o mecanismo que ombreia com o esforço solitário da prospecção junto aos possíveis contratantes. É verdade que, em Paris, as redes não deixam de ter alguma importância; esta, entretanto, não apenas é muito menor que no caso brasileiro, mas está assentada na força dos elos profissionais, antes que no suporte dos parentes e amigos mais chegados, como é o caso de São Paulo.

Outra característica diferenciava o achado brasileiro com respeito ao obtido para as demais. Enquanto em Paris e Tóquio seis em cada dez entrevistados diziam buscar trabalho junto às instituições *públicas* de intermediação (à ANPE e ao PESO, respectivamente), em São Paulo eram as agências *privadas* de emprego que, embora menos ponderáveis em sua importância, se faziam presentes na memória dos entrevistados, acolhendo as iniciativas de quatro em cada dez paulistanos em busca de trabalho. Ou seja, no maior mercado metropolitano brasileiro, os intermediários privados (as agências de emprego e as empresas de trabalho temporário) eram socialmente muito mais significativos que o sistema público de intermediação.

[6] Arriscaria dizer que isso reflete a força da estratégia de qualificar-se como um “bom desempregado”, ou seja, como aquele demandante de emprego capaz de mostrar à ANPE que não descuidou de prospectar o mercado e, com isso, segue elegível para a proteção da política pública.

FIGURA 7

Mecanismos de procura de trabalho em Paris



O *matching* se organizava antes como um *negócio* que como parte da vocação do sistema de *proteção*; um negócio que, de resto, tendeu a se tornar crescente e pujante, no Brasil, mesmo quando o mercado de trabalho veio a se aquecer, na segunda metade dos anos 2000, como estudos subsequentes demonstraram<sup>7</sup>.

Dizendo-o resumidamente e de um modo direto: os recursos mobilizados na procura não são equivalentes nas três metrópoles, mas dependem do contexto em que se procura; este, por sua vez, parece estar determinado pela configuração do sistema de emprego, das formas de reconhecimento institucional do desemprego e das políticas de suporte à procura de trabalho.

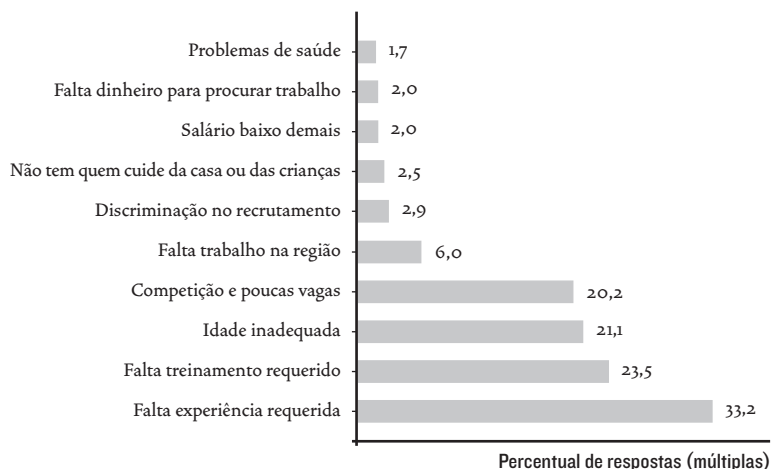
E o que dizer das percepções dos entrevistados com respeito às suas dificuldades para obter trabalho? Tal tema, correlato ao primeiro, é de todo relevante para se refletir sobre as maneiras pelas quais iniciativas em políticas públicas podem ancorar o demandante de emprego em suas incursões junto às instituições de intermediação. Nesse sentido, mais além da eficácia de uma dada arquitetura do sistema de intermediação, esse tipo de tema destaca a importância da articulação entre as várias dimensões num sistema público de emprego (intermediação, qualificação profissional e benefício). Tomemos, para concluir esta seção, achados comparativos para os casos de São Paulo e Tóquio.

Numa metrópole como São Paulo, onde a curta duração dos vínculos prévios é a norma e a recorrência do desemprego é intensa, a percepção mostra-se distinta de outras situações em que a longa duração dos vínculos prévios dá o tom à biografia ocupacional daqueles em procura de trabalho<sup>8</sup>. Nesse sentido, os aspectos relativos às condi-

[7] Ver, a esse respeito: Guimarães, Nadya Araujo. *A procura de emprego: instituições do mercado e redes*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro/São Paulo: Argvmentvm/CERES-Iuperj/CEM, 2009, e também Guimarães, Nadya Araujo. "Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos". *Dados*, vol. 51, nº 2, 2008, pp. 275-311.

[8] Para ilustrar em mais detalhe, ainda que em nota marginal, na região metropolitana de São Paulo, seis em cada dez dos entrevistados por nossa pesquisa em 2001 tinham estado menos que um ano no emprego anterior; e três em cada dez não alcançaram sequer permanecer três meses. O perfeito oposto ocorria em Tóquio: com base nos dados que colhemos nesse estudo, seis em cada dez desempregados havia tido um vínculo anterior que durara três anos ou mais; para quatro em dez, essa duração chegou mesmo a ultrapassar uma década; e somente um em dez estivera ocupado por período inferior a um ano.

**FIGURA 8**  
 São Paulo: Principais dificuldades na procura de trabalho



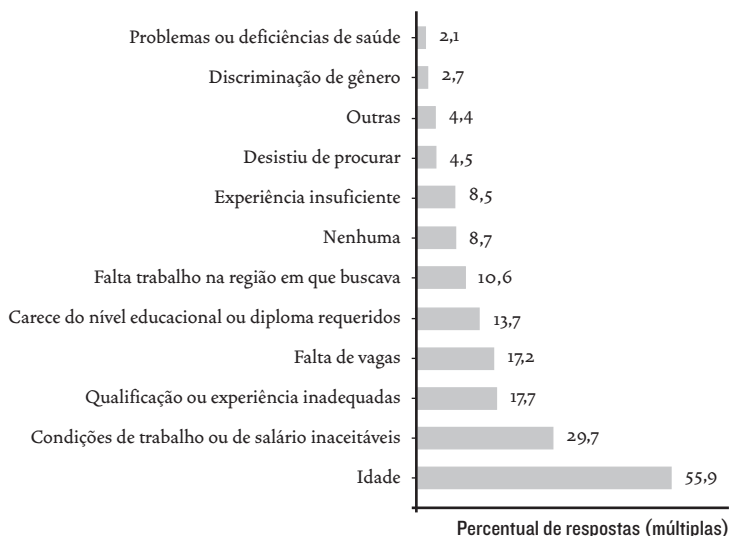
ções da concorrência no mercado, sejam aqueles que resultam da escassez de oportunidades, sejam os que dizem do desajuste entre perfil almejado pelo empregador e características do desempregado, são os que mais se destacam no caso de São Paulo (Figura 8).

Já na região metropolitana de Tóquio, os obstáculos à obtenção de emprego são percebidos de um modo bastante distinto (Figura 9). Idade inadequada ao requerido pelas empresas (55,9%) e condições de trabalho inaceitáveis pelos demandantes de trabalho (29,7%) são, de longe, os mais importantes. Note-se que, se compulsão existe, a proteção permitia alguma autonomia para selecionar o emprego justo, o que nem de longe se expressa no caso da metrópole paulista. Ao lado destes, outros obstáculos foram ainda reconhecidos pelos entrevistados japoneses, como: ausência de vagas (17,2%) e qualificação e experiência inadequadas (17,7%); e, finalmente, uma terceira ordem de fatores tinha a ver com a escolaridade inadequada (13,7%) e a falta de trabalho na região de procura (10,6%).

Ordenando a informação de outra maneira, vê-se que a percepção das dificuldades pode ser reagrupada em três ordens principais de fatores, segundo seu elo com a operação do mercado de trabalho. Aqueles fatores que refletem dificuldades na oferta de oportunidades; aqueles que refletem a inadequação no perfil profissional do trabalhador (qualificação e experiência); e aqueles que refletem o peso de outras características, de atributos do trabalhador que o (des)qualificam para a disputa no mercado (idade, sexo, hígidez física, etc.). Ao fazer tal reagrupamento uma nova maneira de indagar pode ser formulada, a saber: são (i) as oportunidades, (ii) as qualificações ou (iii) outros

FIGURA 9

Tóquio: Principais dificuldades na procura de trabalho



atributos as barreiras mais sentidas pelos indivíduos no seu esforço por ter acesso ao trabalho?

Na região metropolitana de São Paulo, a vulnerabilidade individual em relação às condições de disputa no mercado é bem mais evidente e generalizada. O problema da inadequação de seu perfil profissional é percebido pelos paulistas como sendo o mais grave (53%); segue-se, mas com peso sensivelmente menor, a escassez de oportunidades (23%), surpreendentemente secundária num momento de intensa retração de oportunidades de empregos.

Tal adversidade também se verificava no Japão, mas, em Tóquio, tal percepção é ainda mais nuançada (16%). Ali, ao lado da inadequação do perfil de qualificação e experiência (39%), se destacava a barreira proveniente de outros atributos, como a idade inadequada, que desqualificaria o trabalhador para o posto de trabalho.

Vemos, assim, que os contextos onde se procura trabalho marcam de modo importante tanto os recursos mobilizados para localizar oportunidades, como as dificuldades sentidas na sua busca.

Não sem razão, já que a estruturação dos mercados (e da procura) variavam grandemente entre as metrópoles. No caso de Paris, a procura de trabalho se dava ao mesmo tempo que os que a empreendiam estavam, em sua quase totalidade, sob o desemprego aberto: nove em cada dez demandantes parisienses de emprego não tinham qualquer ocupação que lhes propiciasse rendimento. Ora, permanecer por tempo crescente e em número assim elevado numa situação onde somente a procura de trabalho tem lugar (e onde é minoritária a presença de trabalho, mesmo que ocasional) só se mostra possível quando um modo

de institucionalização do desemprego — e do suporte à procura — desloca o trabalhador para as asas da proteção do sistema público. São desempregados — autorreconhecidos e institucionalmente também reconhecidos — e, por isso mesmo, mantidos pela Agência Pública para o Emprego.

Já no caso de São Paulo, no momento do nosso trabalho de campo, quatro em cada dez desempregados entrevistados persistiam na sua busca por empregos graças ao rendimento obtido via trabalhos ocasionais. Isso reitera o que sublinhamos com outros dados: a escassa capacidade de suporte do sistema público de proteção às iniciativas de procura encetadas pelos desempregados. Suas vicissitudes se resolviam, por isso mesmo, pelo recurso precípua à esfera privada, às redes tecidas nos seus espaços de sociabilidade; e, nelas, àqueles elos mais fortes — aos parentes, amigos e círculos próximos de conhecimento. Esse era o meio pelo qual se procurava trabalho, e também pelo qual se organizava a sobrevivência.

**A PROCURA DE TRABALHO: UM DOMÍNIO PARA BEM  
OBSERVAR-SE AS FORMAS DA SOCIABILIDADE E SUA FORÇA  
NA ORGANIZAÇÃO DA VIDA**

Na seção anterior vimos, ao analisar os mecanismos pelos quais os indivíduos buscavam trabalho em São Paulo, que quase quatro em cada dez deles recorriam às agências *privadas* de emprego. Essa fronteira de análise instigava a investigar como, num momento de intensa reestruturação, se expandia o negócio da intermediação de empregos e, nesse sentido, como, na operação do mercado de trabalho, se articulavam elementos mercantis — como o recurso aos intermediadores privados — e elementos não mercantis — como o recurso às redes de sociabilidade privada.

Para seguir avançando, um novo levantamento primário de dados teve lugar, entre julho e agosto de 2004, na região metropolitana de São Paulo, entrevistando uma amostra de pessoas à procura de trabalho em agências de emprego<sup>9</sup>.

A primeira e mais interessante constatação foi a de que, se para o conjunto da população ativa da região metropolitana de São Paulo (entrevistada por amostra em 2001) as redes pessoais eram, de longe, o mais importante mecanismo de procura de trabalho, para o indivíduo que procurava emprego através das instituições do mercado de trabalho este *não* parecia ser exatamente o caso. Visto à luz dos dados da Tabela 1, ele parecia ser um tipo especial, ao qual provocativamente podia-se chamar de “profissional da procura”, já que recorria sobretudo às instituições especializadas do mercado de intermediação de vagas. E, curiosamente, o fazia com fidelidade destacável: os que encontramos em procura numa

[9] O *survey* “À procura de trabalho” alcançou uma amostra de 1549 demandantes de emprego em agências na região metropolitana de São Paulo. O universo dos demandantes por emprego foi subdividido em conjuntos menores (domínios) formados pelos demandantes em agências estatais, sindicais e privadas, conforme dados disponíveis em julho de 2004. Para cada um desses domínios foi sorteada uma amostra independente. Dois traços foram comuns aos três planos amostrais: amostras estratificadas proporcionais ao tamanho; e, como não dispúnhamos de um cadastro com todos os demandantes por emprego segundo cada tipo de agência, adotou-se como técnica de seleção a amostragem probabilística em dois estágios (por conglomerados).

agência privada diziam que era ali o espaço onde costumavam acorrer na busca de empregos; resposta similar deram os demandantes que entrevistamos em agências sindicais, tanto quanto os que encontramos em agências ou postos de intermediação governamentais.

Familiares, amigos e conhecidos tinham, entre eles, pouco mais que um terço da importância que havíamos encontrado no *survey* domiciliar de 2001, quando observamos o conjunto da população economicamente ativa. Nas agências, apenas 22% em média e, no máximo, 27% diziam usar as suas redes pessoais na busca de emprego.

Mas uma surpresa nos esperava. Quando indagados com respeito ao mecanismo pela qual haviam *obtido* o seu último emprego, aqueles “profissionais da procura” nos disseram que eles tinham resultado da informação obtida junto a suas redes de contatos pessoais (Figura 10). Repetimos a indagação para o penúltimo e para o antepenúltimo dos seus empregos; a resposta predominante seguia sendo a mesma: os circuitos privados, as redes pessoais (e não os mecanismos mercantis) eram os que propiciavam encontrar trabalho — mesmo entre aqueles indivíduos que diziam buscá-lo sistematicamente através dos mecanismos institucionalizados no mercado de intermediação.

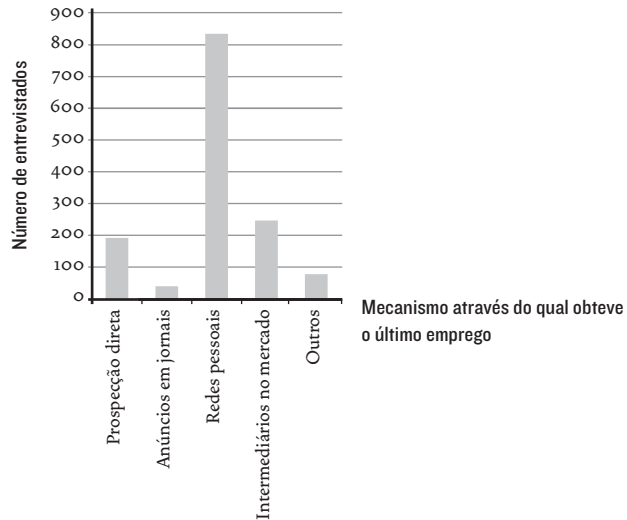
Em que pese o questionário não ter sido concebido para mapear e mensurar padrões de conectividade, as suas perguntas facultavam uma

**TABELA I**  
O demandante em agências de emprego em São Paulo: um especialista?

Sem trabalho, que faz? (resposta múltipla)	Percentual de respostas segundo o tipo de agência de emprego em que localizamos o entrevistado			
	Agências do governo	Agências de sindicatos	Agências privadas	Total
Procura informações sobre trabalho através de familiares e amigos	26,7	16,5	23,2	22,0
Tenta contato direto com as empresas	31,6	38,2	34,7	34,9
Procura por meio de agências privadas	45,4	58,1	92,6	65,1
Consulta anúncios em jornais	12,2	20,2	22,6	18,3
Procura na internet	8,6	13,4	18,0	13,3
Tenta abrir seu próprio negócio	0,0	0,0	0,0	0,0
Procura por meio de agências do governo	89,4	23,7	20,4	44,2
Procura por meio de agências de sindicatos	8,3	75,5	17,8	34,7
Outros tipos de iniciativas	5,7	7,2	4,4	5,8



**FIGURA 10**  
Os mecanismos de obtenção do último emprego. São Paulo, 2004



primeira aproximação às características dessas redes. Para isso, classifiquei os mecanismos de procura de trabalho de modo a diferenciar um conjunto de “circuitos”, como doravante os denominarei, que denotassem graus de proximidade variáveis entre ego, o respondente, e a fonte de provimento da informação que o levara a obter trabalho. Assim, quatro diferentes circuitos de proximidade foram identificados:

- Circuito 1: nele a informação ocupacional provém dos indivíduos mais chegados ao entrevistado, seus familiares, que com ele dividem a moradia; por isso mesmo o denominei “circuito doméstico”.
- Circuito 2: nele a informação ocupacional provém de um círculo de relações mais amplo por incluir uma rede de contatos que avança em direção ao seu meio social mais próximo, formada por eles que devem ainda ser bastante estreitos por envolverem amigos, vizinhos e parentes (que não co-habitam com ego); denominei-o “circuito comunitário”.
- Circuito 3: nele a informação ocupacional provém de um círculo de relações ainda mais amplo, que abarca vínculos de outra natureza e talvez menor intimidade, tecidos pelo respondente em sua interação com companheiros em sindicatos, comunidades de bairro e outros tipos de associações; denominei-o “circuito associativo”.
- Circuito 4: nele a informação ocupacional provém de um círculo de relações também tecido em âmbitos amplos como os do circuito 3, embora de outra natureza, já que proveniente de antigos colegas de trabalho, pelo que foi denominado de “circuito profissional”.

Tais circuitos, definidos por sua progressiva distância face ao entrevistado, podem ser um *proxy* para o grau de proximidade das relações. Podemos supor que os laços fortes têm maior probabilidade de serem tecidos nos circuitos 1 e 2 que nos circuitos 3 e 4. Nesse sentido, mesmo sabendo que um questionário pode não ser a melhor forma de medir a força dos vínculos, tomou-se a tipologia dos circuitos acima como uma forma de aproximação. Do mesmo modo, assumiu-se que, quanto mais se avançasse em direção a circuitos mais distantes daqueles onde se espera encontrar maior intimidade, provavelmente maior seria a dispersão das conexões estabelecidas; nesse sentido, os vínculos assim estabelecidos tenderiam a recobrir um espaço de relacionamentos progressivamente mais amplo. E talvez não fosse exagero admitir que quanto mais dispersas fossem as conexões, maior o número de pontes que necessitariam ser estabelecidas para articular circuitos de laços mais fracos.

Assumindo esses pontos de partida, pode-se contemplar os resultados sintetizados na Figura 11 com respeito à força de cada um dos circuitos de contatos, isto é, à sua capacidade de prover informação eficaz para dar acesso ao respondente a uma oportunidade de trabalho.

A observação dessa figura permite inferir que são os circuitos doméstico (1) e comunitário (2) aqueles com maior capacidade de prover a informação que levará ao emprego. Sinaliza, assim, para a maior relevância dos circuitos de maior proximidade (nos quais esperamos que se tenham os laços mais fortes) no sentido de produzir acesso ao trabalho. Observe-se, entretanto, que mais significativo, mais importante até do que o “circuito doméstico”, é o “circuito comunitário”, formado por amigos, vizinhos e parentes com os quais não se co-habita.

Como explicá-lo? Uma boa razão pode vir do perfil da amostra. Com efeito, metade dela é constituída por jovens, pouco experientes em termos ocupacionais e tentando inserir-se (ou consolidar a sua inserção) no mercado de trabalho. Nesse grupo são pouco relevantes tanto os elos formados no circuito associativo, como os formados no circuito profissional. Os mais experientes no mercado de trabalho são aqueles que dispõem de um circuito profissional que os pode apoiar nas novas iniciativas de procura. Esse achado, por sua vez, conflui para o que fora encontrado por Degenne e outros<sup>10</sup>, cujos resultados apontaram que, entre os jovens franceses, eram os laços fortes aqueles de maior eficácia, vista a sua menor experiência profissional; ou seja, a maior experiência ocupacional nutriria a força dos elos fracos, retomando o argumento de Granovetter<sup>11</sup>.

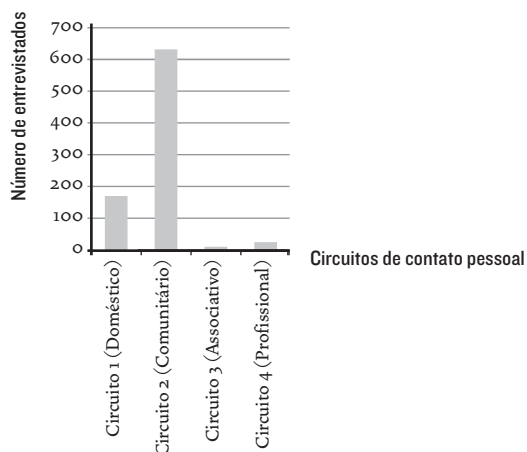
Para melhor explorar essa hipótese, controlamos o efeito da variável idade. E, de fato, vemos na Figura 12 que, à medida que esta aumenta, cai abruptamente a importância do circuito de maior intimidade (o doméstico) no provimento de ocupação, tendo representatividade

[10] Degenne, Alain e outros. “Les relations sociales au coeur du marche du travail”. *Sociétés Contemporaines*, nº 5, mar. 1991, pp. 75-97.

[11] Granovetter, M. S. “The strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, 1973, pp. 1361-80.

FIGURA II

A capacidade de prover acesso ao trabalho segundo os circuitos de contato. São Paulo, 2004



mínima quando se observa o grupo de “46 anos ou mais”. São os laços mais próximos ao entrevistado aqueles que se mostram mais importantes para a inserção dos jovens menos experientes. Cresce, ao contrário, a importância do circuito profissional, provavelmente o mais distante com respeito ao meio doméstico.

O circuito comunitário é aquele que mais cresce com o passar da idade, e esta parece ser outra novidade. Acreditando que nesse circuito ainda predominem laços fortes, o achado novamente contrariaria a expectativa de que os elos fracos seriam mais eficazes para promover acesso a oportunidades que redundam em ocupação. Entretanto, sabemos também que, entre indivíduos menos qualificados para a competição no mercado de trabalho, e em contextos de maior pobreza, seriam os vínculos de maior proximidade aqueles de maior alcance e recurso, justamente pela menor especialização e menor chance de mobilidade geográfica de parte do demandante. E esse parece ser o caso da grande maioria da amostra alcançada por esse *survey*.

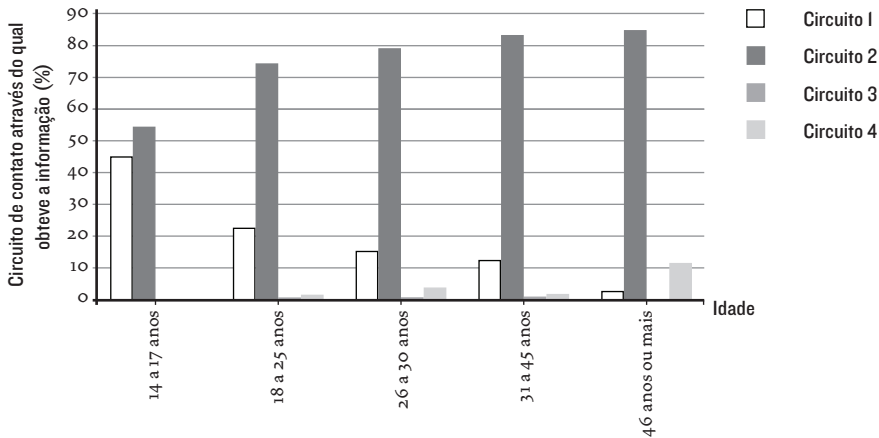
O circuito associativo revelou uma importância mínima. O achado não deixa de ser eloquente, ao indicar que a crescente força do associativismo não parece se refletir num empoderamento daqueles em busca de trabalho. Em outra ocasião<sup>12</sup> sublinhei como a condição de desempregado não se constitui no Brasil dos nossos dias (e não é assim em outros contextos, mesmo latinos, veja-se o caso argentino) em substrato eficiente para a construção de uma identidade coletiva que produza qualquer associativismo de relevo que esteja a ela conectado. Isso por certo se expressa nesse achado. Todavia, nele parece estagnar-se algo mais: a escassa capacidade associativa desses indivíduos, a qual pode ser uma medida de seu relativo isolamento<sup>13</sup>.

[12] Guimarães, Nadya Araujo. “Por uma sociologia do desemprego: contextos sociais, construções normativas e experiências subjetivas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, 2002, pp. 103-22.

[13] Tal isolamento pode ser ainda mais grave se tomarmos em conta, como assinalado antes, as características do sistema brasileiro de proteção ao desemprego, que ainda é recente, restrito e pouco diversificado na sua cesta de benefícios.

FIGURA 12

A força dos circuitos varia conforme a idade. São Paulo, 2004



No circuito profissional revela-se a importância do grupo dos “antigos colegas de trabalho”. Como seria esperado, ela cresce com o passar do tempo, se entendermos que o aumento da idade é também um bom *proxy* do aumento da experiência no mercado de trabalho. A sugerir a importância de laços fracos, conquanto relativamente restrita e circunscrita a certo grupo de idade.

Qual a importância dos achados até aqui apresentados para estimular a reflexão sobre a operação dos mercados de trabalho?

Eles revelam, desde logo, a complexa composição da força entre laços fortes e fracos num mercado, como o de São Paulo, sujeito a elevado e recorrente desemprego, do que resultam vínculos frágeis e trajetórias incertas. Dizem, ademais, do peso dos elos fortes e das chances de que a homofilia que neles há neutralize possíveis efeitos de mobilidade social, reproduzindo as condições do meio que provê a informação eficaz para a obtenção de trabalho.

Mas a análise antes desenvolvida permite também entender como o processo de construção social da procura de trabalho segmenta não apenas oportunidades, mas também espaços e, assim fazendo, diferencia os mecanismos pelos quais os indivíduos buscam trabalho. A descrição do processo de procura em agências como um mundo onde se concentram trabalhadores jovens, material e simbolicamente preparados para tal, pode ser um achado valioso para entender a diversidade das formas de operação desse mercado que se localiza no interior do mercado de trabalho.

Nossos resultados indicaram ainda que, na metrópole paulista, maior aglomerado de agentes intermediadores de empregos no Brasil, a articulação entre ofertantes e demandantes se realiza tanto por mecanismos mercantis como por mecanismos não mercantis de difusão

da informação. Ou seja, que tal articulação costuma ser um subproduto de relações sociais que *não* têm uma dimensão mercantil e que plasnam, de modo indelével, o mundo mercantilizado. Nesse sentido, o funcionamento do mercado de trabalho demanda que outras estruturas sociais subjacentes sejam examinadas de maneira a compreender as formas de transmissão de oportunidades.

Isso nos permite concluir voltando ao ponto de partida da abertura deste texto. Ao introduzi-lo, indicou-se que o estudo da procura por empregos se constituía numa via elucidativa para descrever não apenas as mudanças recentes que tinham lugar na organização do mercado de trabalho, mas para deslindar o modo como os laços sociais operavam na sociedade contemporânea. Os achados desta última seção mostram como o seu estudo nos permite desvelar a maneira pela qual mobilizam-se relações sociais, revelam-se eficazes os laços sociais, indicando o peso dos mecanismos não mercantis na organização e reprodução da vida social, em geral, e na operação do mercado de trabalho em particular. Nesse sentido, o interesse pelo estudo da procura de trabalho não se restringe apenas a uma sociologia dos mercados de trabalho, mas a ultrapassa e se estende à própria análise da construção da vida social.

---

Recebido para publicação  
em 12 de março de 2012.

---

**NOVOS ESTUDOS**

CEBRAP

93, julho 2012

pp. 123-143

---

---

NADYA ARAUJO GUIMARÃES é professora titular em Sociologia do Trabalho do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora do CNPQ associada ao Centro de Estudos da Metrópole/Cebrap.